

Constituinte aprova Estado de Defesa

BRASÍLIA — Com a derrota das emendas apresentadas pela esquerda para marcar posição, o plenário da Constituinte aprovou ontem, na íntegra, o texto do Centrão para os dois primeiros Capítulos do Título V, instituindo o Estado de Defesa e o Estado de Sítio e dispondo sobre o papel das Forças Armadas. A redação aprovada coincide com a posição sustentada desde o início da Constituinte pelos Ministros militares, no sentido de que as Forças Armadas também se destinam à defesa "da lei e da ordem".

A esquerda entrou no plenário sabendo que não tinha chance de fazer aprovar suas emendas, pois nestes Capítulos não teria apoio da ala "progressista". Logo na primeira votação, ao pedir a rejeição do texto do Centrão para o Capítulo I — Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio —, o Deputado José Genoíno (PT-SP), reconheceu este fato. O Capítulo foi aprovado, ressalvados os destaques, por ampla maioria: 337 votos contra 64 e uma abstenção.

Em seguida, o Líder do PCdoB, Haroldo Lima, tentou a retirada dos dispositivos referentes ao Estado de Defesa, argumentando que esta figura só existiu no Brasil durante a vigência da Constituição de 1937, outorgada por Vargas como ditador e reinstaurada em 1978, sob a forma de "medidas de emergência". E apontou um fator de agravamento: o Presidente pode decretar as medidas sem ouvir primeiro o Congresso.

A favor do Estado de Defesa, o Vice-Líder do PMDB, Deputado Antônio Britto, o apresentou como uma "opção democrática em momento de crise, etapa intermediária para evitar a adoção do Estado de Sítio, mais grave, ou ainda a ilegalidade de um golpe de Estado".

O Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse contra o dispositivo que suas razões eram práticas, e não ideológicas. O Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho,



Plenário cheio durante votação do Capítulo relativo à defesa do Estado

contradição Ferreira Lima, afirmando que a discussão era mesmo ideológica, por se tratar de "mecanismo de defesa da democracia contra minorias ressentidas dispostas a atacá-la". Citando Trotsky — "O Estado se mantém pela força" —, disse que, ao contrário do líder revolucionário russo, a idéia dos que defendem a instituição do Estado de Defesa é de que "o Estado deve se manter pela segurança que assegura a liberdade".

Novamente, o resultado da votação foi expressivo: 354 Constituintes quiseram manter o texto, 88 votaram pela rejeição e um se absteve. O Estado de Sítio, com redação semelhante à da atual Carta, não chegou a ser objeto de emenda.

A esquerda também não conseguiu alterar a definição do papel das Forças Armadas. A emenda apresentada eliminava a menção à garantia da lei das circunstâncias, em que as Forças Armadas podem ser chamadas a intervir por um dos Poderes da República. Segundo José Genoíno, como o cumprimento da lei envolve situações as mais diversas do cotidiano — até mesmo uma greve de trabalhadores — o texto do Centrão atribuiu às Forças Armadas o poder de Polícia.

A outra modificação pretendida era explicitar que as Forças Armadas só seriam chamadas para a defesa da Constituição, e não da "lei e da ordem", conforme o texto do Centrão.

A manutenção do dispositivo foi defendida pelo Senador José Fogaça (PMDB-RS), que aproveitou seu tempo para fazer a apologia do sistema parlamentarista. Segundo Fogaça, o

Os pontos principais

- 1 O Estado de Defesa poderá ser decretado para preservar, em locais determinados, a ordem pública ou a paz social.
- 2 O Estado de Sítio será decretado nos casos de comoução grave, guerra ou resposta a agressão estrangeira.
- 3 As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, dos poderes constitucionais e, a pedido de um destes, da lei e da ordem.

parlamentarismo é que seria a real garantia antigolpe e a discussão sobre a definição do papel das Forças Armadas era acessória. Ele disse que o maior depoimento a favor da redação do Centrão tinha sido a posição favorável do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

O Relator Bernardo Cabral resumiu seu parecer, dizendo que a exposição de José Fogaça havia afastado todas as dúvidas contra o texto, que afinal foi aprovado, por 326 votos contra 102 e cinco abstenções.

Mesmo a esquerda ideológica não chegou se unir para a votação seguinte, da emenda do Deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ), que visava a tornar facultativo o serviço militar. O PCB e o PCdoB votaram contra. O resultado foi 336 votos a 74, com cinco abstenções.

Serviço Militar terá novas normas

BRASÍLIA — O alistado no Serviço Militar, se a sua consciência exigir, poderá se recusar a exercer atividades de caráter essencialmente militar. Este dispositivo estará inserido na futura Constituição, tendo sido aprovado ontem pela Constituinte sem qualquer emenda.

Para os que se recusarem por "imperativo de consciência", a exercerem a atividade militar, as Forças Armadas criarão serviços alternativos, segundo legislação futura.

Estes dois dispositivos, constantes do capítulo sobre as Forças Armadas, tinham sido aprovados pela Comissão de Sistematização e mantidos no texto substitutivo do Centrão.

A Assembléia Constituinte também aprovou à noite os dispositivos que ordenam a Segurança Pública no País, que passará a ser integrada pelas Polícias Federal, civis, militares, Rodoviária e Corpos de Bombeiros militares.

O texto do Centrão sobre o capítu-

lo, aprovado por 337 votos, contra 36 e três abstenções, teve uma única emenda: a que incluiu a Polícia Rodoviária Federal, hoje vinculada ao DNER, como órgão da Segurança Pública.

A Polícia Federal perdeu a sua função definida na Constituição atual de exercer a censura sobre os espetáculos de diversões públicas.

Ao mesmo tempo, o plenário manteve como atribuição dessa Polícia a apuração de infrações penais contra a ordem social e política. E definiu que a ela compete prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes e drogas, além do contrabando.

As Polícias civis, que agora compõem a segurança pública, serão dirigidas por delegados de carreira e terão a função de apurar infrações penais e atuar como Polícia Judiciária. Já as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares continuarão sendo forças auxiliares e reserva do Exército.

Advocacia-Geral representará União

BRASÍLIA — A Constituinte aprovou ontem, por acordo entre os partidos, a criação da Advocacia-Geral, órgão que terá por função representar a União judicial e extrajudicialmente e dar consultoria e assessoramento ao Executivo.

O plenário, após negociações que se arrastaram por muitos dias, decidiu também que ao Ministério Público caberá o papel principal de defensor da sociedade, o que foi recebido nas galerias com aplausos e gritos de satisfação de representantes dos Procuradores dos Estados.

Com essas votações, que ocuparam toda a sessão da manhã, a Assembléia encerrou o exame do Título IV, que trata da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo. Desde sexta-feira, as lideranças partidárias buscavam um acordo sobre o Ministério Público, de interesse dos Procuradores da União e dos Estados, dos Promotores e dos advogados que assessoram órgãos do Executivo.

O Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) disse que a Constituinte optou por separar a representação judicial da União e a defesa da sociedade, funções atualmente a cargo do Ministério Público. A primeira passou para a esfera da Advocacia Geral da União, cujo chefe será o Advogado Geral da União (correspondendo ao Consultor Geral da República), nomeado pelo Presidente entre cidadãos de notável saber jurídico.

Governo se mobiliza para mudar texto sobre reforma tributária

BRASÍLIA — Dois dias antes da votação do sistema tributário, prevista para hoje, o Governo Federal decidiu agir para evitar o aumento do repasse de recursos da União para os Estados e Municípios.

Enquanto o Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, conversou com o Deputado Francisco Dorneles (PFL-RJ), articulador do projeto que beneficia os Estados com um maior quinhão, o Secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, procurou o apoio dos líderes do Centrão, numa última tentativa de evitar a perda de recursos pelo Governo Federal.

Mas os articuladores da reforma tributária garantem que não há mais qualquer possibilidade de alteração substancial do projeto aprovado na Comissão de Sistematização e adaptado em alguns detalhes pelo Centrão. Ontem, reunidos na residência de José Serra (PMDB-SP), eles fecharam um último acordo, que prevê a possibilidade de o Senado Federal intervir na fixação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Em troca, fica assegurado o adicional de 5 por cento do Imposto de Renda para os Estados.

A situação é tão tranquila que os Governadores dos principais Estados não virão a Brasília para pressionar os constituintes, como fizeram na votação do sistema de governo. Moreira Franco, Orestes Quêrcia e Newton Cardoso enviaram os Secretários de Fazenda para auxiliar suas bancadas.

A crítica situação do Governo Federal foi admitida pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), numa conversa com um articulador da reforma tributária. Sant'Anna confirmou que vai tentar



A partir da esquerda, Serra, Dorneles e Brant debatem texto da Sistematização

algumas alterações no projeto, mas admitiu que a batalha está praticamente perdida. Além disso, comentou, o Palácio do Planalto não tem interesse em comprar briga com os Governadores, já que outras disputas importantes ainda estão para ser travadas na Constituinte.

Para evitar as perdas que advirão com a aprovação da reforma tributária, o Secretário Mustafa procurou os líderes do Centrão na segunda-feira à noite, na residência do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Lá também estavam os Deputados José Geraldo (PMDB-MG), Jorge Viana

(PMDB-BA); José Lins (PFL-CE) e Luís Eduardo (PFL-BA). Mustafa procurou convencer a todos que a reforma tributária a ser aprovada hoje não é boa para o Nordeste, mas sim para o Sudeste. Isto porque retira condições de a União investir — e esse investimento tem sido feito prioritariamente no Norte e no Nordeste.

Por outro lado, em dois contatos mantidos com Dorneles, no Palácio do Planalto, segunda-feira e ontem pela manhã, Costa Couto apresentou os mesmos argumentos de Mustafa.

Moreira pede ação a Governadores

Depois do encontro com o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, ontem no Palácio Guanabara, o Governador Moreira Franco se reúne hoje com o Governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, para discutir uma estratégia de defesa da reforma tributária aprovada na Comissão de Sistematização. Moreira está convencido de que é necessário uma mobilização para evitar que seja modificado o critério aprovado de distribuição dos recursos federais que aumenta o repasse aos Estados dos atuais 36% para 40%.

Durante a solenidade de abertura da II Feira Internacional do Plástico, no Riocentro, o Governador afirmou que as pressões Governo federal contra o projeto da Comissão de Sistematização tem se intensificado nos últimos dias. Moreira Franco disse que é preciso que parlamentares e governadores se unam na defesa do primeiro projeto, que foi amplamente negociado com as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Segundo Moreira Franco, a proposta de criação de Fundos Especiais, como o Rodoviário, é nociva aos interesses dos Estados porque retira do Congresso a capacidade fiscalizadora.

● QUÊRCIA — O Governador Orestes Quêrcia denunciou ontem, em São Paulo, que setores do Governo federal estão se mobilizando contra a aprovação da reforma tributária pela Constituinte. Ele prometeu lutar para garantir essa conquista para os Estados e municípios, conforme consta do texto elaborado pela Comissão de Sistematização.

Cartas estaduais só em janeiro, propõe Fernando Henrique

BRASÍLIA — O Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Líder do partido no Senado, propôs ontem que as novas Constituições estaduais só comecem a ser elaboradas em janeiro. Com isso, o Senador pretende evitar as dificuldades que as eleições municipais poderão trazer aos trabalhos das Assembleias Legislativas.

A proposta foi apresentada aos Deputados estaduais reunidos no seminário "A Nova Constituição e as Constituintes Estaduais", que está sendo realizado pela União Parlamentar Interestadual, no Congresso Nacional. A sugestão recebeu aplausos dos participantes.

Fernando Henrique sugeriu ainda um processo de elaboração para as Cartas estaduais que seguiria o modelo inverso do adotado pela Assembléia Nacional Constituinte. Pela sugestão, uma grande comissão elaboraria um texto-base e, depois, seriam formadas diversas comissões temáticas para debatê-lo.

Este modelo chegou a ser discutido no início dos trabalhos da Assem-

bléia Nacional Constituinte, mas não foi aceito. Os parlamentares consideraram que ele discriminaria os que não participassem da "grande comissão".

O Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que também participou do seminário, ressaltou aos Constituintes estaduais a possibilidade deles sofrerem pressões maiores do que as exercidas na Assembléia Nacional, por estarem mais próximos a seus eleitores.

O Deputado Antonio Brito (PMDB-RS) também discursou no seminário. Ele considerou necessário um relacionamento estreito do Poder Legislativo com a imprensa, para que os trabalhos das Assembleias Legislativas sejam bem divulgados. A uma sugestão de que seja criada uma edição regional do "Diário da Constituinte", para que os eleitores possam acompanhar a elaboração das novas Cartas, Brito apenas informou que esta questão será discutida nas Disposições Transitórias da Constituição que está sendo elaborada.

Telas de nus voltam ao Congresso com lençóis

BRASÍLIA — Inconformado com a retirada de três quadros de uma exposição realizada no corredor de entrada do Congresso, por retratarem mulheres nus, o Deputado José Genoíno (PT-SP) tomou ontem a iniciativa de recolocá-los no lugar, cobertos parcialmente por lençóis, simbolizando a censura.

Os quadros do peruano Tacio Lagos foram retirados por um funcionário do Gabinete do Diretor da Câmara, para evitar que se repetissem as pressões do Deputado evangélico Antônio de Jesus (PMDB-GO) por causa de três outras obras retratando nus. Ontem, ao saírem da sessão noturna, os Constituintes fizeram comentários irônicos quando passaram pelo corredor. Alguns puxavam os lençóis, cobrindo totalmente a telas, logo descobertas por outros.

Eleições: Líderes tentam acordo hoje

BRASÍLIA — Os líderes de todos os partidos na Câmara tentarão fechar hoje um acordo em torno das eleições municipais de novembro. O projeto está praticamente pronto, mas na reunião de ontem, no gabinete do Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro (RS), os pequenos partidos não concordaram com o critério de ocupação do horário gratuito de rádio e televisão nos 60 dias que antecedem a eleição. Exigiram um tempo mínimo para cada um.

O PT, o PCB e o PDC não aceitam a proporcionalidade como critério exclusivo. O PT, através do Vice-Líder Eduardo Jorge (SP), quer dividir o meio o horário. Metade seria distribuída segundo a proporcionalidade da bancada e a outra metade por igual entre os partidos. O PT pede também: acesso ao horário gratuito de filiados de partidos que não sejam candidatos; legalização do trabalho de boca-de-urna, mas com proibição de distribuição de lanches; e que o número de candidatos

proporcionais por partido ou coligação seja o dobro das vagas em disputa.

O PCB, por intermédio do Líder Roberto Freire (PE), reivindica um tempo mínimo de três minutos por legenda, dividindo-se proporcionalmente o tempo restante. O PDC sugere a proibição das pesquisas de opinião pública durante a campanha e que todo debate nos meios de comunicação tenha obrigatoriamente a presença de todos os candidatos majoritários. O PC do B propõe que o IBGE, a cada eleição municipal, faça uma projeção da população, para estabelecer o número de candidatos.

O Líder do PMDB recebeu todas as propostas e apresentará hoje, em nova reunião, um texto para ser debatido. Os anteprojetos ganharam apelido de "Judas" porque, segundo Ibsen, "são para ser malhados, até que se chegue a um acordo. A intenção das Lideranças é aprovar o projeto em regime de urgência, para garantir as eleições em novembro".